

## FORTALECER A LUTA

### Pressionar a reitoria está na pauta da greve

*Venha para a Assembleia Geral, às 9h, na Praça da Paz*



O STU reforça que hoje, às 9h, na Praça da Paz, haverá Assembleia Geral para discutir a nossa greve.

Conforme já foi divulgado, a negociação realizada com a reitoria pouco avançou nos últimos dias, então é importante refletirmos sobre as atividades que contribuem para o engajamento na mobilização.

Sexta-feira passada (29) fizemos um ótimo ato nas portarias da Unicamp para denunciar que as condições de

trabalhos, principalmente nos hospitais, são horríveis. Denunciamos também a tentativa da reitoria, com incentivo do governo estadual, de sucatear a saúde e educação pela precarização e ausência de investimentos.

Não basta a reitoria reconhecer nossas perdas salariais no período de maio/15 a abril/18, é preciso abandonar o discurso de que o reajuste pode impactar no orçamento e apresentar uma proposta que recomponha nosso poder aquisitivo.

Uma medida assertiva seria, ao invés de priorizar o teto, investir no piso amenizando o impacto da inflação. Além de reservar 80% do excedente da arrecadação do ICMS para aplicar nos salários de todos os trabalhadores e aposentados de forma linear.

A reitoria precisa manter o compromisso de respeitar o direito de greve, suspendendo o corte de ponto dos trabalhadores, tendo em vista que nosso movimento é justo e legítimo. É um absurdo atacar os grevistas tirando suas condições de subsistência.

Os trabalhadores em greve que tiveram descontos no holerite, podem enviar cópia do documento para nosso e-mail [secretaria@stu.org.br](mailto:secretaria@stu.org.br).

É fundamental a participação de todos para traçarmos as estratégias que nos permitirão avançar na luta por nossos direitos.

#### Calendário de luta: a greve não para!

A diretoria do STU aguarda retorno da reitoria com o agendamento da nova data de negociação para discutir nossas demandas de forma a avançar na pauta de reivindicações.

Este mês temos marcadas algumas reuniões importantes para a categoria.

Sexta-feira (6) vamos discutir com a reitoria e a Prefeitura do Campus a situação dos fretados e a construção de uma política de mobilidade que preveja a isenção do custo para os trabalhadores.

Dia 17 é a vez de sentarmos com os gestores dos hospitais para apontar as demandas decorrentes das condições de trabalho na Área de Saúde.

O acompanhamento da arrecadação, já agendada entre Fórum das Seis e o Cruesp, está previsto para acontecer dia 23. E no dia seguinte, 24, acontece a primeira reunião do grupo de trabalho aqui na Unicamp, para analisarmos a evolução do orçamento e a possibilidade de concessão de novo reajuste salarial no segundo semestre.

Diante do calendário apontado pela nossa Campanha Salarial, não podemos nos deixar abater pelo cansaço ou as ameaças intransigentes das chefias.

Precisamos seguir firmes e fortes porque só com luta e mobilização é possível obter vitórias.

#### Ato em defesa do serviço público e da valorização do servidor

Nosso último Comando de Greve aprovou a realização de uma manifestação na posse do professor Luiz Carlos Zeferino, que assume a direção da FCM. A atividade será amanhã (4), a partir das 10 horas, no auditório 5.

Já fizemos um ato na posse do superintendente do HC, onde não fomos bem recebidos pelos gestores, mas esperamos que desta vez seja diferente. Nossa intenção é apenas denunciar o sucateamento da saúde pública e cobrar melhores condições de trabalho nos hospitais.

Sabemos que a educação e a saúde públicas estão indo para o ralo, os deveres do estado com a população estão sendo secundarizados e na esteira dessa política de retirada de direitos estamos amargando arrocho salarial há pelo menos quatro anos.

Que fique explícito que “cruzamos os braços” para demonstrar a força do nosso trabalho, a nossa importância para a sociedade e para a instituição e, principalmente, para defender o Serviço Público gratuito e de qualidade!

#### HOJE

**7h:** Reunião na Área da Saúde para visitar os setores no HC (A2)

**9h:** Assembleia Geral (Praça da Paz)

## STU garante na justiça a contagem dos dias de faltas médicas e licença saúde como tempo para aposentadoria

A Unicamp e o SPPREV há anos não aceitam os dias de faltas médicas e licenças saúde para contagem de tempo para aposentadoria integral e com paridade para os trabalhadores estatutários.

No caso específico, um trabalhador da Unicamp, assessorado pelo jurídico do STU, ingressou com uma ação judicial para garantir seu direito à aposentadoria.

O Juiz da 1ª instância indeferiu a Tutela Antecipada.

O STU, então, por meio de um Agravo de Instrumento, recorreu ao Tribunal de

Justiça do Estado de São Paulo.

No voto, o Relator do Processo afirmou que: *“parece ilegal a negativa da autoridade impetrada de incluir os períodos de afastamento para tratamento de saúde e faltas médicas de um dia na certidão de contagem de tempo de exercício, para fins de concessão de aposentadoria especial, uma vez que vulneram os comandos dos artigos 81, inciso II, da Lei nº 10.261/68, e o 4º, da Lei Complementar nº 1.041/08.”*

Como ressalta o Desembargador do TJ-SP, Dr. Marcos Pimentel Tamassia, o

artigo 81, Inciso II, do mesmo diploma legal, expressamente inclui as licenças para tratamento de saúde no cálculo para fins de aposentadoria. (Lei Estadual nº 10.261/1968 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado). Frisou, ainda, que o servidor, mesmo em gozo de licença saúde, continua a receber seus vencimentos e efetuar as respectivas contribuições previdenciárias.

A Unicamp já foi comunicada da decisão do julgamento que ocorreu no dia 25 de junho.

Lute por seus direitos, sindicalize-se!

## Apoio às cotas: por uma Unicamp em que a maioria do povo se veja!

O Prof. Dr. Paulo Palma, da FCM, recebeu suspensão de 10 dias pelo processo administrativo instalado pela Unicamp por conta da declaração racista *“Quando permite cota, ela está trocando cérebro por nádegas ou por cor de pele e outros valores”*, publicada no seu perfil no Facebook após a aprovação do programa de cotas raciais na instituição em 2017.

A decisão, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, terça-feira passada (26), é fundamentada nos Estatutos da Universidade e do Servidor da Unicamp, no Regimento Geral, na Lei Federal 7.716/1989 (Lei Caó) e na Lei Estadual 14.187/2010.

É a primeira vez que um professor titular da instituição é punido por discriminação racial e racismo no âmbito

da Universidade. É sabido que o processo só foi aberto devido à pressão dos movimentos negros e das entidades representantes da comunidade acadêmica, como STU e DCE.

Os movimentos negros esperam também que o Ministério Público do Estado de São Paulo invista numa Ação Penal no âmbito da Lei 7.716/1989 (Lei Caó), bem como a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo promova a abertura de processo administrativo para aplicação de multas por racismo e discriminação racial.

Para o STU a adoção da política de cotas étnico-raciais é o primeiro passo da Unicamp para saldar uma dívida histórica da sociedade brasileira e desta Universidade para com o povo negro.

Campinas, última cidade a acabar com a escravidão no Brasil, e a Unicamp - como universidade sediada nas terras de um escravocrata sanguinário - mais que devem ao povo negro assegurar o ingresso e permanência àqueles que construíram a riqueza desse país, sofrendo todo tipo de maltrato após o sequestro no continente africano.

É importante assegurar a todos os estudantes negros que aqui entrarem, que concluem seus cursos e tenham apoio psicológico para enfrentar os racismos institucional e estrutural que dominam o nosso país. Garantindo não só o acesso, mas políticas efetivas de permanência estudantil, assim como cotas nos concursos públicos: uma demanda histórica dos trabalhadores.

## Acampamento em frente à reitoria cobra negociação



Ontem (2) os trabalhadores organizaram um acampamento em frente à reitoria para pressionar por negociação. A atividade contou com um telão para transmitir o jogo da Copa e um lanche comunitário. Com mais de 40 dias de greve seguimos com muita disposição de luta para cobrar respeito ao nosso direito de greve e reposição da inflação.